

roberto simonsen: a industrialização brasileira e a segunda guerra mundial*

Ligia Osorio Silva

Instituto de Economia–Unicamp

RESUMO

Roberto Simonsen (1889-1948), empresário, engenheiro e economista brasileiro, tornou-se conhecido principalmente pela defesa intransigente da indústria nacional. Considerado um dos pioneiros do desenvolvimentismo na América Latina, Simonsen foi um expressivo líder da classe empresarial, tendo presidido a FIESP. Parte expressiva da sua obra foi produzida durante os anos 1930 que culminaram na II Guerra Mundial. Refletiu, portanto, os problemas da década e foi inspirado, sobretudo, pela teoria de Mihail Manoilescu, o economista romeno, cujas teses vêm sendo reavaliadas.

Sua vasta obra perpassa assuntos variados, como economia colonial, protecionismo, planejamento econômico e o futuro das relações Brasil-Estados Unidos, diante da vocação industrial do Brasil. Neste trabalho abordaremos suas reflexões sobre a inserção internacional do Brasil no pós-guerra, chamando a atenção para Simonsen como precursor do pensamento conservador, adotado pelos integrantes da Escola Superior de Guerra, em áreas como a geopolítica, e o pensamento político militar do regime instalado em 1964.

Palavras-chave: industrialização, Pan-americanismo, protecionismo, Plano Marshall, Mihail Manoilescu

ABSTRACT

Roberto Simonsen (1889-1948) was a well known engineer, economist and business man that dedicated most part of his innumerous works in favour of Brazilian industrialization. He was a pioneer in the area of Latin America development theories and at the same time a leader of the São Paulo industrial class, presiding for many years the São Paulo Federation of Industries (FIESP). Most part of his works was written during the 1930 up to the Second World War. They reflected therefore the problems of this decade and had in the Romanian economist Mihail Manoilescu a source of inspiration.

Simonsen wrote many books and brochures concerning various subjects such as colonial economy, protectionism, planning and interventionism. He also wrote on the future perspectives of the Brazilian industrialization in face of the Second World War and the development of the diplomatic and economical relations between the United States and Brazil. In this paper we have focused on the subsidies his thought has provided to the conservative trend in Brazilian politics, in areas as geopolitics and military thought.

Key-words: industrialization, Pan-Americanism, protectionism, Marshall Plan, Mihail Manoilescu

* A primeira versão desse trabalho foi apresentada no VI Encontro da Associação Ibérica de História do Pensamento Econômico, em Coimbra, dezembro de 2009. Submetido: maio, 2010; aceito: agosto, 2010.

I. Introdução

Roberto Simonsen (1889–1948) foi contemporâneo de duas guerras mundiais (1914–18 e 1939–45) e de uma crise econômica de grandes proporções (1929–30), vivendo num mundo conturbado por esses acontecimentos. Esses eventos capitais estão refletidos nos seus trabalhos. Suas ideias, expostas em numerosas publicações, discursos e relatórios de trabalho, dedicados tanto às análises conjunturais quanto à pesquisa econômica de natureza histórica, ocupam um lugar de destaque no pensamento brasileiro. Por muitos analistas, é considerado o pioneiro do desenvolvimentismo e o precursor das ideias cepalinas (BIELSCHOWSKY, 2000:81s; VALDÉS, 2003:22). Ao lado de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, é um dos fundadores da historiografia econômica brasileira.

Foi também o maior líder industrial brasileiro. Empresário, engenheiro e economista assumiu diversos postos nas entidades representativas do empresariado, destacando-se pelo pioneirismo nesses setores. Por exemplo, enquanto Presidente do Centro de Construtores e Indústrias de Santos, em 1916, organizou a primeira Junta de Conciliação dos Trabalhadores do Brasil, da qual faziam parte os representantes de empregadores e empregados. O objetivo da Junta era pôr fim aos conflitos entre patrões e operários, precedendo, no seu formato, a Justiça do Trabalho em 23 anos (FANGANIELO, 1970:17; RODRIGUES, 2005:10). Marcou a vida empresarial de São Paulo, atuando nos organismos da classe industrial, como dirigente e modernizador. Foi Vice-presidente do Centro Industrial de São Paulo, quando da presidência inaugural de Francisco Matarazzo, em 1928. Em 1935 e 36, foi Presidente da Confederação Industrial do Brasil (mais tarde Confederação Nacional da Indústria) e Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1937 e 1945 (FANGANIELLO, 1970:24). Atuou como representante do empresariado industrial no Conselho Federal do Comércio Exterior, o poderoso órgão de planejamento do primeiro governo Vargas, e, em 1944, foi membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, onde teve atuação destacada.

Participou também da política nacional: eleito deputado classista na Assembléia Constituinte de 1934, foi bastante atuante na Câmara, até

perder seu mandato, em 1937, com o início do Estado Novo; em 1945, foi eleito senador pelo PSD (Partido Social Democrata), ficando no posto até sua morte, em 1948.

Finalmente, resta mencionar, nesse breve perfil, a participação de Simonsen na vida cultural paulista. Como intelectual ativo que era, criou e participou de organismos de estudos e de discussão, nos quais pronunciava conferências e ministrava aulas, difundindo suas ideias e aprofundando os conhecimentos da realidade brasileira. Foi um dos fundadores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), onde lecionou História do Brasil.

Neste trabalho, procuramos mostrar Simonsen sob um ângulo menos comumente abordado: como precursor do pensamento conservador adotado pelos integrantes da Escola Superior de Guerra, revelando a precocidade do seu pensamento em áreas como a geopolítica e o pensamento político militar.

O ponto de partida é sua visão original da História do Brasil, que permite assinalar a perspectiva da qual parte para formular diagnósticos da realidade brasileira e atuar politicamente. Essa perspectiva pode ser encontrada nas conferências que pronunciou na Escola de Sociologia e Política e que serviram de base para a redação do livro *História Econômica do Brasil* (1937). Contrariamente à história política tradicional, que invariavelmente iniciava seus relatos no *descobrimento*, Simonsen começa comparando o intercâmbio português com a Índia e o comércio das indústrias extrativas do Brasil no século XVI. Influenciado pelas obras dos autores portugueses João Lúcio de Azevedo e Antonio Sérgio, inicia seu relato da revolução comercial europeia, caracterizando o “descobrimento do Brasil” como um episódio dela. Pouco tempo depois, Caio Prado Jr. consagraria essa démarche em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Ao longo do livro, o fio condutor da análise são os ciclos econômicos que marcaram a economia colonial da América portuguesa: pau-brasil, cana de açúcar, pecuária, mineração etc. Ainda que reparos tenham sido feitos em trabalhos posteriores à própria ideia de ciclo econômico, a obra de Simonsen é uma primeira tentativa de organizar as atividades da colônia, a partir da sua vida econômica. Nesse trabalho, Simonsen defende também, na contramão da historiografia tradicional e marxista contemporânea, a ideia de que o plano de colonização

de D. João III (as Capitânicas Hereditárias) possuía um caráter capitalista¹ (SIMONSEN, 1957: 80s).

A ausência de caracteres feudais na colonização (exceto no que concernia à concessão de terras – as sesmarias, cujo regime jurídico, em sua opinião, tinha um caráter feudal) tinha reflexos na análise que produziu sobre o Brasil da sua época. Enquanto a estratégia política dos partidos de esquerda, nos anos 1930–40, e mesmo mais tarde, apoiava-se em estudos que apontavam a sobrevivência de “resquícios feudais” na sociedade brasileira (PASSOS GUIMARÃES, s/d:33, por exemplo), Simonsen defendia a ideia de que os obstáculos ao desenvolvimento nada tinham a ver com a transplantação do feudalismo português para o solo colonial. Em primeiro lugar, porque “Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal” (SIMONSEN, 1957:82). Em segundo lugar, porque buscava apontar razões econômicas para as dificuldades brasileiras, o que o levava a centrar seus argumentos na evolução do comércio internacional: em decorrência do processo de industrialização, as nações europeias precisaram importar cereais e vários artigos, que antes produziam internamente. Dessa forma, os produtos das zonas temperadas (América setentrional e regiões platinas) foram valorizados e suas exportações, dinamizadas. Esse fenômeno aumentaria com o desenrolar do século XIX, que viu o crescimento da urbanização europeia, e a disseminação e a preponderância do capitalismo na Europa.

“O Brasil-colônia nascera com a revolução comercial; o Brasil independente iniciaria seus passos paralelamente com a revolução industrial. Não seria fácil, como comprova a história, o nosso progresso econômico no último centenário, face aos outros povos e outras regiões, que tiveram seus elementos básicos valorizados com esse aspecto da evolução econômica mundial e tendo como concorrentes produtores de artigos similares aos nossos, amparados, porém, nos mercados mundiais, por poderosas metrópoles.” (SIMONSEN, 1957:453).

¹ Aqui, também vale a associação com Caio Prado Jr. que, em 1933, ao publicar *Evolução Política do Brasil*, não faz referência à presença de caracteres feudais na colônia.

Avesso às explicações que enfatizavam a persistência de obstáculos estruturais como responsáveis pelo atraso² do país, Simonsen culpava principalmente os ocupantes do Estado brasileiro por essa circunstância, porque nunca haviam adotado uma política industrialista (SIMONSEN, 1939:17; 1958:43). Por isso, sua reflexão não demorou muito a concentrar-se na questão do atraso brasileiro em relação à *industrialização*. A ideia básica que norteou seu pensamento foi, em síntese, a de que o fomento das indústrias tiraria o Brasil do atraso que acumulara em relação aos países centrais, através do fortalecimento do mercado interno e da diminuição da dependência das finanças brasileiras das flutuações do mercado internacional.

II. Industrialismo, Protecionismo e intervencionismo

a) A importância das influências teóricas

A história do pensamento econômico registra a teoria de célebres defensores do protecionismo, como meio de auxiliar o processo de industrialização dos países em desenvolvimento. Entre os mais famosos estão um dos fundadores da república americana, Alexander Hamilton (1791), o economista escocês crítico de Adam Smith, John Rae (1834) e o alemão Georg Friedrich List (1841). List talvez tenha sido o mais famoso defensor do protecionismo, por se ter fixado no imaginário popular como o grande articulador do *Zollverein*, a política aduaneira de grande sucesso do processo de unificação alemão. Sua política de proteção limitada foi adotada por políticos de vários países. List era favorável a uma proteção para as *infant industries*, mas preconizava que se abandonasse o protecionismo e que se abraçasse o livre comércio, assim que as indústrias se consolidassem. Suas ideias tiveram, sem dúvida, influência no pensamento de Simonsen, mas a presença mais marcante foi a de Mihail Manoilescu (1891-1950), o economista romeno, que escreveu uma “teoria científica do protecionismo” e gozou de algum sucesso nos anos 1930, sobretudo em determinados países.

² Atrasado era o termo padrão para descrever países como o Brasil, até 1945. Depois dessa data, termos como *periferia*, *subdesenvolvimento* e *terceiro mundo* entraram no vocabulário das Ciências Sociais.

Seu livro, *Teoria do protecionismo e da Permuta Internacional*, foi traduzido e difundido pela CIESP, por iniciativa de Otávio Pupo Nogueira,³ dois anos depois de publicado na França (1929), ao mesmo tempo em que era divulgada a versão em inglês.

Embora citasse List como seu predecessor, Manoilescu fazia questão de se separar teoricamente dele: a proteção que preconizava não era temporária. Acreditava ter identificado uma importante exceção às conclusões derivadas dos modelos de troca, baseados na presumida competitividade perfeita dos mercados, que estavam por trás da política de livre-comércio defendida pela maioria dos economistas. Os países nos quais o nível dos salários era maior no setor industrial do que no agrícola, caso da Romênia e de outros países em desenvolvimento, não podiam competir no mercado mundial com aqueles em que a taxa de salários era uniforme, a não ser que seu setor industrial fosse protegido por tarifas. No regime de livre-comércio, esses países ficariam sujeitos ao que chamou de “intercâmbio desigual”.

Devido à produtividade da mão de obra ser muito maior na indústria que na agricultura, a industrialização dos países de agricultura atrasada era mais vantajosa do que a dos países industrialmente avançados. Entretanto, a longo prazo, à medida que a mão de obra se deslocava da agricultura para a indústria, Manoilescu acreditava que tenderia a ocorrer uma convergência das produtividades agrícola e industrial, sendo que, nos Estados Unidos, essa propensão já se manifestava. Até que essa confluência viesse a ocorrer, a mão de obra de baixa produtividade ocupada na agricultura deveria ser transferida para as manufaturas de maior produtividade ou, formulado em termos neoclássicos, enquanto a produtividade marginal do trabalho na agricultura se encontrasse abaixo da dos demais setores, a mão de obra excedente deveria ser transferida para as atividades industriais ou outras de maior rentabilidade (LOVE, 1998:191).

O teórico romeno foi lembrado, na teoria do desenvolvimento do pós-guerra, basicamente por esse argumento [...]. Considerado da perspectiva dos custos de produção, o argumento poderia ser expresso de outra maneira: o grande hiato entre os salários da agricultura (tradicional) e os salários da

³ Industrial paulista, um dos porta-vozes da CIESP.

indústria, que refletia um grande diferencial de produtividade, consistia um obstáculo à industrialização, que poderia ser contrabalançado por uma tarifa compensatória sobre produtos industrializados ou por subsídios para eles. Esse argumento foi, mais tarde, desenvolvido por Raul Prebisch e Arthur Lewis (p. 192).

Embora na época em que foi publicado, o livro sofresse duras críticas dos economistas adeptos da teoria clássica, como Jacob Viner (1932), ou das neoclássicas, como Bertil Ohlin (1933), em 1954, o futuro Prêmio Nobel, Arthur Lewis, ao que tudo indica, de forma independente, apresentou o argumento, originalmente proposto por Manoilescu, de que a proteção se justificava nos países menos desenvolvidos, nos quais os salários na indústria eram excessivos em relação à agricultura (LEWIS, 1954:159). No final dos anos 1950, Everett Hagen também concluiu num artigo que a experiência histórica sugeria que o protecionismo fora responsável pela aceleração do progresso econômico em inúmeros países, que se industrializaram plenamente após a Revolução Industrial inglesa. Estados Unidos, Japão, União Soviética e três países latino-americanos – Brasil, Colômbia e México – exemplificavam claramente essa afirmação. Em cada um desses casos, o aumento da renda *per capita* estava associado à maior participação do setor industrial na renda global, isto é, a renda dos empregados industriais aumentava mais do que o crescimento da economia mundial. Portanto, era estatisticamente verdadeiro que a indústria contribuía mais para a elevação da renda *per capita*. O modelo analítico convencional assumia que (1) a renda subia apesar do amparo ou (2) o protecionismo aumentava o rendimento apenas através do efeito “indústrias incipientes” (*infant industries effect*). Mas se o efeito estivesse apenas atrelado ao modelo das “indústrias incipientes”, o aumento da renda só se faria sentir quando elas se tornassem viáveis, sem a proteção tarifária. Na realidade, entretanto, o efeito se verificava, mesmo enquanto ainda eram inviáveis sem protecionismo (1958:513–514). Hagen construiu, portanto, um modelo neoclássico de troca, baseado na aceção central de Manoilescu, da imperfeição do mercado e da distorção intersetorial de salários, embora com desenvolvimentos e conclusões diferentes, e abriu, assim, a porta para que outros economistas neoclássicos reconhecessem Manoilescu como o primeiro a identificar as “distorções do mercado” e a problematizar as virtudes

universais do livre-comércio (MANESCHI, 2008:131). Assim, com o passar do tempo, as teses econômicas de Manoilescu foram sendo reavaliadas e nem todas elas foram descartadas. Na época em que escreveu, Simonsen viu, nos desdobramentos da sua teoria, uma base científica para sua posição firmemente favorável ao protecionismo no caso brasileiro.

Mas Manoilescu não foi apenas economista. Procurou teorizar também no terreno da sociologia política, compondo o livro *O Século do Corporativismo* (1938:280-1), no qual definiu o corporativismo como a estrutura política paradigmática do século XX, em substituição ao liberalismo do século XIX. Suas ideias influenciaram pelo menos dois dos mais respeitados ideólogos do Estado Novo: Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.⁴ A sociologia de Manoilescu foi citada no Conselho Federal de Comércio Exterior, para justificar as medidas políticas e econômicas do governo, sete semanas antes do golpe do Estado Novo (1937). Também nesse campo, foi admirado pelos líderes industriais da FIESP, como argumenta Joseph Love (1998:342):

Os industriais paulistas, [...] de maneira geral apoiavam os valores da organização, do elitismo, da industrialização e, cada vez mais, à medida que a década de 1930 avançava, da intervenção do Estado na economia. Depois de 1937, eles apoiaram também a ditadura do Estado Novo (1937-45) de Vargas. Não é de admirar, portanto, que se tenham sentido atraídos pelas teses, valores e atitudes de Manoilescu.

Depois da II Guerra Mundial, Manoilescu perdeu credibilidade, muito mais devido ao apoio que deu aos regimes fascistas e nazistas, instalados ou em vias de instalação nos anos 1930, na Itália, Alemanha, Espanha, Portugal e Brasil, do que às eventuais falhas da sua teoria. Seu pragmatismo político levou-o mesmo a renegar suas ideias econômicas, para apoiar o III Reich, às vésperas da guerra, e a advogar a inserção da Romênia no esforço de guerra alemão, enquanto fornecedora de produtos primários (MANESCHI, 2008:133).

⁴ Azevedo Amaral foi o tradutor para o português do livro de Manoilescu.

b) *Industrialização, protecionismo e planejamento.*

Influenciado pelas ideias industrialistas e protecionistas, o pioneirismo de Simonsen se expressou no incansável embate ideológico que empreendeu em prol de um determinado projeto desenvolvimentista. Defendia com firmeza e convicção que a industrialização era a forma de retirar o Brasil do atraso e da pobreza. Propugnava a criação das indústrias de base (principalmente metalúrgica e química), aquelas que caracterizaram a Segunda Revolução Industrial e ampliaram a distância entre os países industrializados e os demais. Para Simonsen, esse objetivo para ser alcançado necessitava do apoio governamental, porque os mecanismos de mercado não seriam suficientes para a empreitada. Propugnava que o governo elaborasse uma política industrialista e se armasse de meios para executá-la. Argumentava que nunca tivéramos uma política protecionista que visasse beneficiar explicitamente as indústrias. Comparava nossa política tarifária com aquela que os países industrializados, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, adotaram em diferentes momentos da sua história, e concluía que, no Brasil, as taxas alfandegárias adotadas eram derivadas das necessidades do fisco de conter o desequilíbrio da Balança Comercial, e não para promover o desenvolvimento industrial de que carecíamos.

A nossa política tarifária refletia bem a mentalidade predominante do século XIX. De fato, o regime tarifário, praticamente livre-cambista até 1844, oscilou entre as influências liberalistas e as idéias protecionistas até 1888, quando passou a ser protecionista, mais com o intuito de proporcionar rendas ao tesouro público, do que, propriamente de fomentar a criação de indústrias. (SIMONSEN, 1939:17)

O período no qual Simonsen desenvolveu essas ideias com certeza multiplicara os exemplos de países adotando políticas tarifárias, visando à proteção das indústrias nacionais. A crise de 1929 e a recessão que se seguiu na década de 1930 trouxeram de volta a política protecionista até a países como a Inglaterra, que adotara e precognizara o livre-câmbio no século XIX, no ápice do período do padrão ouro e da libra esterlina. O protecionismo era uma das áreas de atuação dos estados nacionais, para elaborarem políticas econômicas intervencionistas.

Como deputado, em 1935, ou como membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, lutou por uma política de industrialização que selecionasse, criteriosamente, as importações, já que o país não possuía abundantes reservas em moeda forte. Bateu-se, também, por tratados comerciais mais vantajosos para a indústria brasileira.

Notável é também o pioneirismo do seu pensamento econômico na área do planejamento:

As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte.

Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral.

Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional.

Toda uma série de providências correlatas deveria ser adotada: a montagem de novas escolas de engenharia; a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional (SIMONSEN, 1977:34).

Seu legado desenvolvimentista aparece, com clareza, nessas proposições que elaborou para o parecer enviado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), e que coincidiam, em grande medida, com o projeto desenvolvimentista dos anos 1950 (p. 36-37). Em síntese, tratava-se de aumentar a produção agrícola, promovendo a modernização do setor, intensificar a eletrificação, mobilizando várias fontes de combustíveis e organizando os equipamentos de transportes; criar indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, para atingir a autossuficiência e sustentar a competição internacional; finalmente, apoiar a melhoria das condições técnicas da produção através da criação de novas escolas e institutos tecnológicos e profissionais.

Simonsen era particularmente admirador da política antirrecessiva, adotada pelos Estados Unidos no governo Roosevelt. “Rompendo corajosamente com as anteriores diretrizes administrativas do seu país, atirou-se ao intervencionismo do Estado, em razão nunca dantes conhecida nos regimes democráticos” (1945:4). Esse exemplo se tornou

particularmente importante para ele no final do Estado Novo, quando sua preocupação era conciliar a planificação – associada por alguns aos governos totalitários – com a democracia.

Um dos assuntos mais espinhosos do período abordado por Simonsen foi a questão do financiamento (BIELCHOWSKY, 2000:86; DO-ELLINGER, 1977:34-36). No início dos anos 30, ele havia proposto a criação de bancos industriais, mas no final da II Guerra esperava o apoio norte-americano ao desenvolvimento, através de empréstimos governo a governo, por razões político-militares e, certamente, inspirava-se no exemplo da siderurgia, obtida dessa forma. Sua crença que os recursos para o financiamento das ações sugeridas pelo seu plano de desenvolvimento pudessem ser obtidos com uma negociação direta com os Estados Unidos foi reforçada pela substancial ajuda americana à Europa, através do Plano Marshall, como veremos a seguir.

Além da defesa do planejamento econômico como estratégia para intervir racionalmente na economia, Simonsen se voltou também para a análise do comércio exterior. A crise dos anos 1930 e o período da guerra haviam ensinado que as crises econômicas mundiais deixavam os países que dependiam do mercado externo em posição difícil. Era crítico em relação àqueles que achavam que tudo se podia resolver com o incremento das exportações. Os defensores da ideia de que o comércio exterior da América Latina exercia função equivalente à das poupanças e dos investimentos nos países adiantados deduziam que a expansão do comércio era vital para eles. Na verdade, argumentava Simonsen (1958:105), o comércio é importante para todos os países, “mas quando ele é o principal fator da prosperidade econômica, as economias nacionais ficam à mercê das flutuações do intercâmbio, desenvolvendo-se ou deprimindo-se conforme ele se expanda ou se retraia”. Em consequência, parte da estratégia governamental devia ser dinamizar o desenvolvimento do mercado interno. Essa política teria também que lidar com o estreitamento dos mercados internacionais para os produtos primários brasileiros, e a situação da mão de obra rural, vivendo em níveis próximos aos de subsistência.

III. O pan-americanismo e a inserção do Brasil no cenário internacional do pós-guerra⁵

O Brasil mantinha uma posição de vanguarda na produção industrial da América do Sul, mas acumulava 70 anos de retardo em relação aos Estados Unidos, e a razão disso, Simonsen não se cansava de afirmar, era que os ocupantes do Estado brasileiro nunca haviam adotado uma política industrialista. No entanto, a rápida ascensão da renda nacional só poderia ser obtida com a criação de um setor industrial – até mesmo a Rússia comunista executara “com processos ditatoriais e trabalhos forçados um grande programa de industrialização” – e, no mundo “livre” do pós-guerra, este processo dependia, em grande medida, de uma política apoiada e compreendida pelos EUA (p. 43). Seguindo esse pressuposto, Simonsen via a questão do financiamento da continuidade do processo de industrialização vinculada a três aspectos inter-relacionados: o papel desempenhado pelo Brasil na guerra; o ideal pan-americano e, por último, a situação política internacional, derivada do final da II Guerra, que deixara dois atores principais no cenário mundial, os países democráticos, liderados pelos Estados Unidos, e os países do Bloco Soviético.

Nos trabalhos escritos durante e logo após o final do conflito, Simonsen, em primeiro lugar, produziu uma análise da situação econômica do Brasil.

Com o fim da guerra e a vitória aliada, aprofundaram-se as diferenças entre os países do norte e os do sul do continente. Os Estados Unidos, apesar dos grandes sacrifícios feitos para sustentar o esforço de guerra, o que implicou em desenvolver suas indústrias bélicas, colhia, no pós-guerra, os frutos desse esforço, vendo crescer suas siderurgias, indústrias químicas, etc. Em contraste, o Brasil (e outros países da América Latina) não acompanhava o mesmo ritmo de progresso. Havia con-

⁵ As ideias políticas de Roberto Simonsen sobre a inserção do Brasil no cenário internacional, posterior à Segunda Guerra Mundial, estão expostas em quatro textos, reeditados em conjunto em 1958. São eles: “Alguns aspectos da Política Econômica mais conveniente ao Brasil no período do após-guerra” (1943), “O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais” (1948), “Sugestões para uma Política Pan-Americana” (1947) e “O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina” (s/d).

corrido para o esforço de guerra com o fornecimento de matérias-primas estratégicas e gêneros alimentícios, enquanto suas indústrias fabris, suas ferrovias e sua frota marítima sofriam um inegável desgaste. Continuavam a faltar as indústrias básicas, os combustíveis, os capitais e os técnicos. Reconhecendo que o período da guerra nos fizera progredir “no trato dos nossos problemas sociais, no fortalecimento da unidade nacional e na formação dos nossos técnicos”, modernizando as indústrias e aumentando o volume da produção fabril, Simonsen elogia a obra do Estado Novo. Mas, apesar disso, era forçado a admitir que, no geral, não havíamos crescido de modo comparável aos Estados Unidos.

Analisando dados sobre salários, produtividade, empréstimos e comércio externo, Simonsen afirma que “para a orientação geral dos acordos internacionais de após-guerra, impõe-se a organização de mapas econômicos e mapas sociais de cada nação, como elementos básicos na fixação das relações entre os diferentes povos”. Desses estudos, depreendia-se que empréstimos não podiam ser considerados isoladamente a solução para os países pobres superarem suas fragilidades; por isso, não acreditava que a reforma monetária, que estava sendo ventilada a nível internacional, favoreceria os países e os povos de “padrão de vida inferior do normal” (p. 32). Enquanto Diretor do Departamento de Economia Industrial da FIESP, Simonsen elaborou uma série de estudos contendo os pontos de vista das classes empresariais. Os resultados desses estudos foram incorporados pela delegação brasileira à Conferência Econômica Internacional de 1944, realizada em Bretton Woods, EUA, que visava tratar da reorganização econômica e financeira mundial no após-guerra.

O objetivo central era a continuidade do processo de industrialização e a elevação dos níveis de vida nos países pobres. “O sentido internacional dos pontos fundamentais da Carta do Atlântico atesta, de um lado, que os seus signatários acreditam só ser possível a realização de uma paz, no momento em que existir um clima universal de cultura e um *standard* elevado de vida, garantido a todos os habitantes deste orbe”.

O documento defende a adoção de medidas de política comercial e monetária entre as nações, que possibilitem um equilíbrio entre países ricos e pobres, visando-se corrigir a situação desfavorável dos últimos nas relações internacionais. Na mesma ordem de preocupações, trata do fomento e da proteção da inversão de capitais, da industrialização em

novas áreas e da disponibilidade de matérias-primas, visando estabelecer mecanismos de cooperação entre as nações. A tese de que “todos os países devem ter livre acesso às fontes de matérias-primas” e a condenação da ação de trustes e cartéis, bem como “todas as iniciativas, tanto governamentais como particulares, das quais resultem embaraços ao comércio dos produtos primários”, expressam bastante bem essa preocupação. Por outro lado, define também o papel do Estado na economia, que deve ser no sentido de auxiliar e impulsionar a iniciativa particular (FIESP, 1944:3, 29,95).

Por outro lado, Simonsen colocava muita esperança na capacidade do pan-americanismo servir de base à ideia de formação de uma grande união econômica das Américas, focando especialmente a colaboração Brasil/Estados Unidos. Entretanto, ficou decepcionado com os rumos que tomaram as discussões na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, realizada no Rio de Janeiro, em agosto de 1947, e que terminou com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que estabelecia um sistema regional de segurança coletiva (SANTOS, 1998:2).

Para a conferência que se realizou no ano seguinte em Bogotá, e que deu origem à Organização dos Estados Americanos (OEA), a nova moldura institucional para as relações entre os países da América, Simonsen esboçou uma política pan-americana, a partir da análise da política externa estadunidense, em especial a doutrina Truman e o Plano Marshall.

Simonsen compreendia a Doutrina Truman como tendo um caráter eminentemente político – seu objetivo era deter o expansionismo soviético, atuando tanto no nível externo quanto interno, especialmente nos países da Europa Ocidental, neutralizando a ação dos Partidos Comunistas, que haviam participado da luta antifascista e iam sendo, paulatinamente, isolados ou colocados na ilegalidade. O auxílio econômico e financeiro dos Estados Unidos seria um dos esteios dessa política, que viria na forma do Plano Marshall. A Doutrina Truman era de natureza tática, obra de circunstância, enquanto o Plano Marshall tinha caráter eminentemente estratégico. Partia, portanto, de uma visão de conjunto das necessidades europeias e se lhes aplicava, procurando intervir na luta ideológica a partir de uma alavancagem econômica. Essa era a prioridade da política externa estadunidense: deter o avanço do comunismo

na Europa Ocidental (já que a Europa de Leste estava sob o domínio soviético) e em algumas áreas da Ásia, como China e Irã. O Plano Truman proporcionou auxílio à China, à Pérsia, à Turquia e à Grécia, para impedir uma aproximação desses países com a Rússia soviética, relacionamento que colocaria em perigo as bacias petrolíferas essenciais ao Ocidente. Mas essa política não era suficiente para contrabalançar os efeitos destrutivos da guerra sobre os povos europeus, por isso, surgiu o Plano Marshall, destinado a reestruturar a Europa e a solidificar sua economia devastada pela guerra.

Na conferência do Rio de Janeiro (1947), focados nessa estratégia política, os países líderes intencionalmente relegaram as questões econômicas da América Latina. A agenda proposta era somente política, quer dizer, o princípio que vigorara no projeto para a situação europeia não estava sendo aplicado no sul do continente. No que dizia respeito aos países da América do Sul, a luta contra o comunismo não teria como respaldo um auxílio financeiro que visasse os problemas concretos da região. Para tentar reverter essa posição, Simonsen achava que se impunha a inclusão das questões econômicas na agenda da conferência de Bogotá. Argumentava que a manutenção da ordem e da paz não era um problema de áreas ou de continentes, mas de âmbito mundial. Nas proposições de comércio internacional do Relatório do Comitê de Paris, estava claro que os países europeus procuravam voltar a uma situação pré-guerra, confinando a América Latina, a fornecedora das mesmas mercadorias que constituíam o intercâmbio do pré-guerra. Deliberadamente, ignoravam todas as transformações que se operaram nas economias latino-americanas durante o conflito. Chegou mesmo a ser proposto que tais países financiassem as suas exportações para a Europa, a exemplo dos Estados Unidos. Simonsen acreditava que tal proposta só podia surgir da incompreensão generalizada sobre a verdadeira situação da América Latina. A culpa recaía sobre os próprios latino-americanos, que não expunham convenientemente suas condições socioeconômicas. Se a política econômica interna era cega aos imperativos da industrialização, como esperar que a externa fosse melhor? Como estava, unilateral e insensível aos desequilíbrios da estrutura econômica e social do continente, o Plano Marshall, manteria a região num atraso semicolonial (p. 52-3).

Simonsen denunciava esse retrocesso no comércio internacional e propunha que a agenda de Bogotá não ignorasse os problemas econô-

nicos e questionasse as proposições que partiam de pressupostos errados sobre a América Latina.

Batia-se para que as conjecturas de ordem estratégica do Plano Marshall para a Europa fossem também aplicadas ao continente sul-americano, e não apenas a visão tática da doutrina Truman. As rendas nacionais eram perigosamente baixas na América Latina e, se a manutenção de um sistema de defesa contra a agressão externa na região fosse depender de recursos próprios, a ordem e a paz mundial estariam ameaçadas, pois nenhum sistema de defesa se poderia apoiar numa estrutura econômica frágil.

No caso do Brasil, por exemplo, a taxa de sua renda nacional destinada à manutenção de suas forças armadas aproxima-se da taxa de formação líquida de capitais. A elevação daquela taxa significaria ou uma redução dos já degradados níveis de consumo ou, o que a longo prazo é ainda mais grave, uma diminuição do ritmo de capitalização. (p. 69).

Até aquele momento, o mínimo de segurança nacional havia sido conseguido “mediante a tradição de esforço e abnegação de suas classes armadas”. Elogiava a posição do governo Dutra em relação ao comunismo: em 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado na ilegalidade, sob a alegação de que servia aos interesses da União Soviética – com a qual o Brasil rompeu relações diplomáticas em 1948. E frente à “fermentação de ideologias antidemocráticas”, a preservação das instituições políticas estava ameaçada. Como exemplo do que precisava ser melhorado, citava o caso do sistema educacional, dado que o analfabetismo reinante era um facilitador da difusão de “ideologias antidemocráticas”. No Brasil, as verbas destinadas à educação correspondiam a 1/3 das despesas militares. “Apenas 20% da população em idade escolar frequentava escolas. Cerca de 56% da sua população, de mais de 15 anos de idade, não sabe ler nem escrever” (p. 70). Conclui dizendo que a diminuição desses índices teria efeito benéfico sobre a produtividade nacional, o sistema de defesa do continente e o controle da agitação interna. Se os Estados Unidos bancassem as reformas necessárias, teriam que prever gastos crescentes, o que acabaria por inviabilizar o plano. Portanto, a única forma de realizar uma agenda de longo prazo era o desenvolvimento econômico e social do país. O desenvolvimento

não podia ser dissociado da solidariedade continental. Como na Europa (talvez até mais do que lá), “os objetivos políticos (supunham) em primeiro plano a consideração dos problemas econômicos” (p. 71). “A execução do Plano Marshall”, argumenta, “demonstra a necessidade de um novo critério, que é, em verdade, revolucionário, em que medidas de ordem política e de ordem social condicionem a solução de problemas de ordem econômica” (p. 57). O critério de base rigorosamente econômica tinha que ser substituído pela cooperação na qual razões de ordem sócio-política tivessem um papel a desempenhar.

A recuperação da Europa, através do Plano Marshall, era uma estratégia insuficiente para defender a civilização ocidental. A América Latina, elemento essencial da defesa do ocidente, não podia exercer sua função se lá continuassem predominando os baixíssimos índices de vida, porque não conseguiria arcar com uma superestrutura política e militar, grande demais para sua base econômica. O custo do aparelhamento da defesa do Continente ultrapassava largamente a sua capacidade de financiamento.

Na opinião de Simonsen, esse raciocínio deixava claro que a América Latina precisava pesar bem as consequências da adoção do Plano Marshall na forma em que se encontrava: demandando grandes sacrifícios do continente sul-americano para reerguer a economia europeia. Nenhum plano que prejudicasse um bloco de países para beneficiar outro podia ser aprovado. Esse pensamento devia nortear a participação do Brasil na Conferência de Bogotá. Conciliar os interesses dos dois blocos de países era possível.

O que chamava de desenvolvimento latino-americano naquele momento tinha dois aspectos: de um lado, a renovação e a ampliação das economias que foram bloqueadas pelo efeito da guerra; de outro, o desenvolvimento propriamente dito, isto é, a aceleração do ritmo de capitalização, para que esses povos atingissem o padrão de vida médio dos europeus. Para fundamentar sua posição no caso brasileiro, Simonsen elabora um diagnóstico da economia do país, analisando diversos índices: produção industrial, consumo, produção agrícola, comércio, importações, investimentos, que forneceriam os dados da economia antes e durante o conflito, analisando as perdas ocasionadas pela guerra. Compara a renda *per capita* do Brasil e dos países europeus para destacar a disparidade. Compara também os níveis de consumo de alimentos nos

dois lugares e conclui que a população brasileira vivia num estado de subnutrição. Havia falta de vestuário e habitação. A expectativa de vida estava abaixo da dos países europeus e dos Estados Unidos, enquanto a mortalidade infantil estava acima.

Desenvolvimento econômico, no seu entendimento, significava aumento da produtividade, obtido através da intensificação dos capitais reais. A participação da América Latina no Plano Marshall implicaria numa desaceleração do crescimento (1) porque haveria transferência de fatores de produção de setores mais produtivos para o de commodities de exportação; e (2) porque grande parte dessas exportações não teria contrapartida na importação, o que provocaria a escassez interna e o recrudescimento da inflação, cujo efeito final seria a redução da produtividade e da taxa de acumulação de capitais. Para evitar esses problemas, seria preciso que os excedentes da exportação para a Europa obtivessem uma contrapartida equivalente na importação de bens de produção.

Foram as duas guerras mundiais que estimularam o processo de substituição de importações. Como os produtos tropicais da nossa agricultura não eram indispensáveis aos nossos parceiros comerciais, eles não forneciam as divisas necessárias para a compra dos produtos industrializados de que carecia a sociedade brasileira. Em consequência, a balança de pagamentos vivia refletindo um desequilíbrio que um fluxo constante de capitais estrangeiros não compensava. Mas reafirmando a ausência de uma política tarifária industrialista ao longo da nossa história, e apesar da situação em pauta, o Brasil do pós-guerra era o “campeão internacional do desarmamento aduaneiro” (p. 46), fazendo pesar uma séria ameaça sobre vários produtos industriais e também agrícolas. Um dos efeitos dos acordos de Bretton Woods fora a estabilização financeira que o Brasil adotou, sem se indagar sobre o custo real dos seus fatores de produção em comparação com aqueles dos países competidores nos mercados internacionais. Os acordos tarifários assinados implicavam em taxas alfandegárias de mais ou menos 10% sobre as mercadorias importadas. Não foram previstas as necessidades efetivas de reequipamento dos parques industriais nem as possibilidades reais de intercâmbio. Faltava a adoção de uma política econômica consciente, que evitasse os perigos de retrocedermos ao colonialismo. Os tratados comerciais precisavam ser revistos, pois levavam mais em consideração os interesses dos países plenamente desenvolvidos do que os dos atrasados, como o Bra-

sil. Inicialmente, os princípios propugnados na elaboração dos acordos comerciais foram baseados na reciprocidade na negociação tarifária. Porém, o Plano Marshall veio alterar esse cenário: favorecia unilateralmente um bloco de países. Inspirado no exemplo de Roosevelt, que mudou os rumos dos acordos de Londres (1933), porque não beneficiavam os USA numa conjuntura recessiva, Simonsen advogava que o Brasil lutasse pela revisão dos acordos assinados.

Reconstituída nos seus aspectos econômicos e sociais, a Europa Ocidental estaria apta a formar uma barreira ao “imperialismo” soviético, constituiria a primeira linha de defesa do “mundo livre”. Simonsen reconhecia a necessidade dessa política norte-americana, pois considerava o Brasil pertencente a esse mundo e, portanto, solidário à reconstrução europeia, à resistência às pretensões soviéticas e à visão geopolítica norte-americana. Existia, entretanto, um porém nessa estratégia: “a América Latina é convocada para contribuir com matérias-primas, produtos agrícolas e da indústria extrativa” (p. 51).

Há uma correlação entre estabilidade política e condições de vida. Para haver democracia é preciso ter elevados padrões de vida. Sempre houve agitações de ordem política no continente sul-americano, mas naquele momento a questão estava mais séria, pois, *“hoje, com a crescente consciência que as massas adquirem de sua própria miséria, elas se tornam extremamente perigosas à ordem social”*. Também porque “a tática dos países comunistas [...] consiste em explorar e racionalizar os ressentimentos e a miséria das massas”. As condições difíceis nas quais se darão essas perturbações fazem crer que a ordem será dificilmente mantida, portanto, *“a luta da democracia contra o totalitarismo não pode encontrar um firme ponto de apoio na América Latina, nas suas atuais condições econômicas”* (p. 104).⁶

Na Nova Carta Econômica das Américas que se propunha, deveria ser fixado um amplo projeto de cooperação para o surgimento de um programa verdadeiramente pan-americano. A ajuda norte-americana para a América Latina constituiria um adiantamento, “com compensações adequadas para o seu desenvolvimento, a criação de novas riquezas, a mobilização de seus numerosos fatores de produção, atualmente existentes em forma potencial”.

⁶ Grifos do Simonsen.

Entretanto, mais uma vez Simonsen se decepcionou com o resultado da Conferência. A reunião de 1948 fez muito pouco no sentido do que se esperava. Ainda que versasse sobre diversas matérias (estímulo ao desenvolvimento econômico, social e cultural dos Estados membros; a busca da erradicação da pobreza; a limitação de armamentos etc.), a Carta de Bogotá, na realidade, criou uma organização regional que funcionou, sobretudo, visando ao combate ao comunismo, principalmente em seus primeiros anos de existência (SANTOS, 1998:4).

IV. Simonsen e o pensamento político militar

A relação de Roberto Simonsen com as forças armadas brasileiras vinha de longe e era muito especial: foi construindo quartéis para o Exército que amealhou boa parte da sua fortuna. As obras de construção desses edifícios se iniciaram em 1922, encomendadas pelo Ministro Pandiá Calógeras, seu amigo pessoal. Foram obras realizadas em 9 estados e 26 cidades, num total de 54, até 1935, quando foram suspensas (RODRIGUES, 2005:10). Durante as viagens que empreendeu pelo interior do país, para cumprir o contrato de construção, esteve muitas vezes na companhia do sertanista e militar Rondon e do historiador Capistrano de Abreu. Esses deslocamentos também foram uma oportunidade para ele travar conhecimento com as forças armadas enquanto organização nacional, levando-o a admirar o “patriotismo construtivo” do Exército (SIMONSEN, 1958:41). A partir de então abraçou a visão do Exército sobre si mesmo, isto é, a de que era a força social mais organizada, instrumento decisivo na manutenção da unidade nacional e principal antídoto contra as forças desagregadoras da nacionalidade, pensamento militar que encontramos, por exemplo, na revista *A Defesa Nacional*.

Na conferência que fez, em 1948, na sede do Clube Militar do Rio de Janeiro, Roberto Simonsen expôs suas teses sobre a necessidade do desenvolvimento, o papel da industrialização e o lugar do Brasil no mundo da Guerra Fria. Reafirmou sua convicção de que o Brasil, como parte da aliança do Hemisfério Ocidental, sob a direção dos Estados Unidos, precisava de forças armadas aptas a desempenharem um papel destacado no combate ao inimigo interno e externo – o comunismo – que ameaçava a todos.

Simonsen não falava para um público de desenvolvimentistas históricos, pois, apesar da utilização intensiva de armamentos pesados durante a Primeira Guerra Mundial ter contribuído, indiscutivelmente, para chamar a atenção do grande público para a importância da indústria moderna na defesa nacional, a lentidão caracterizou o processo de conversão dos militares para os benefícios da instalação de um sólido setor manufatureiro no Brasil.

Durante a Primeira República, uma parte da oficialidade do Exército⁷ se rebelou contra o governo, mas, na sua pauta de reivindicações, a necessidade da industrialização não aparecia de modo destacado. Ainda que, na década de 1930, o reaparelhamento das forças armadas fosse uma reivindicação constante dos militares, implicava, sobretudo, na compra no exterior do equipamento necessário ao desempenho das suas funções específicas. Mas foi, indiscutivelmente, nessa década, que as ideias da corporação começaram a mudar, impulsionadas por fatores internos e externos. No âmbito internacional, o clima pesado que precedeu à Segunda Guerra Mundial e as ameaças que pareciam pairar em toda parte estimulavam o desejo dos países de se armarem para se protegerem, e, no Brasil, a compra de material bélico esbarrava na fraqueza da economia. No âmbito interno, a difusão das teses abraçadas por Vargas – defesa da industrialização, fortalecimento do poder do Estado na economia, comércio bilateral etc. (FONSECA, 1989:290-1) – associada às dificuldades que a crise provocara no comércio internacional mudaram a visão dos militares quanto à sua inserção no aparelho de Estado e quanto à visão que tinham da economia.

O interesse das forças armadas pela economia aumentou especialmente durante o Estado Novo, através, sobretudo, da ação do General Góes Monteiro. O clima tenso do cenário internacional e a certeza de que outro conflito mundial se desenhava no horizonte trouxeram mudanças no pensamento estratégico brasileiro. Até essa época, todos os planos de defesa do Brasil estavam centrados na possibilidade de uma agressão argentina, e os aumentos nas despesas militares desse país eram acompanhados com extrema preocupação. Mas, na década de

⁷ O Exército, dez vezes maior que a Marinha e englobando a força aérea, era a arma dominante, tendo traçado e definido as diretrizes do conjunto da corporação até depois da II Guerra.

1930, a preocupação passou a ser diferente: o Brasil precisava preparar-se para qualquer eventualidade e não podia correr o risco de se transformar numa “Mongólia americana” (GENERAL DUTRA, apud HILTON, 1973:89). As potenciais fontes de agressão estavam agora no mundo todo.

A ideologia militar dos anos 30 era nacionalista, mas girava em torno da questão da segurança do país. Num mundo onde o militarismo crescia a olhos vistos, a solidariedade internacional não encontrava espaço, e a competição econômica se acirrara devido à crise e à recessão que se seguiu. Os militares se guiaram por um nacionalismo centrado na defesa do território e em economia, na busca de uma espécie de modelo autárquico. A construção de um parque industrial, capaz de abastecer o mercado interno em tempos de paz e de guerra e de prescindir do apoio das demais nações integrava essa visão estratégica, assim como a construção de uma rede viária que interligasse todas as regiões, escoasse a produção e servisse às necessidades do Exército, e a busca da autossuficiência em alimentos que a agricultura deveria proporcionar. Influenciado pela conjuntura internacional, o nacionalismo econômico da década de 1930 buscava a autossuficiência e visava ao fortalecimento da defesa territorial. Estava associado a um ideário autoritário, centralizador que criticava tanto o liberalismo quanto o comunismo. Essas características o diferenciavam do nacionalismo da década de 1950, que estava associado aos valores democráticos e que, sem ser anticomunista, partilhava de aspectos da agenda socialista, especialmente quanto à defesa das riquezas nacionais (ver a campanha do petróleo, que deu origem à Petrobrás). Nesse momento, a tão desejada unidade ideológica das forças armadas, objetivo das reformas de Góes Monteiro, foi quebrada e os militares nacionalistas se afastaram dos favoráveis à aliança com os Estados Unidos (SILVA, 2005/2006:16ss).

Nos anos 1930, a mudança nas forças armadas acompanhava o estabelecimento de novos objetivos para a política externa brasileira pelo governo Vargas. Ao mesmo tempo em que desenvolvia relações econômicas dinâmicas com a Alemanha nazista, facilitadas pelo caráter complementar das duas economias e pelas trocas *im Kompensationswege*, que evitavam os gastos com moeda forte (como era o caso do comércio com os Estados Unidos),

“[...] o governo Vargas procurou ocupar um espaço próprio no contexto internacional, embora a dependência em relação aos EUA tenha aumentado substancialmente. Esse espaço compreendia, para amplos setores do governo, um papel de proeminência na América do Sul e de destaque no mundo” (CORSI, 2000:225).

A dependência em relação aos Estados Unidos aumentou, a partir de um conjunto de decisões. A primeira foi a realização do Acordo Comercial de 1935. Esse tratado visava, na realidade, auxiliar a lavoura, e foi alvo de protestos por parte das entidades industriais. Recebeu voto contrário dos representantes classistas na Câmara dos Deputados, além disso, foi aprovado sem a ratificação do Conselho Federal de Comércio Exterior e do Conselho Superior de Tarifas, órgãos com competência para deliberar sobre o assunto, e contando com representação permanente da indústria e do comércio (SAENZ LEME, 1998:95). Outra decisão que empurrou o Brasil mais para perto da esfera dos Estados Unidos foi a de participar da II Guerra Mundial.

No início do conflito, o alinhamento do Brasil com os Aliados não estava definido. A cúpula militar, com Góes Monteiro (Chefe do Estado Maior das Forças Armadas) e Gaspar Dutra (Ministro da Guerra) à frente, nutria reais simpatias ideológicas para com as ditaduras fascistas. Mas não eram apenas as simpatias pró-Eixo que tornavam os militares relutantes em estabelecer uma aliança especial com os EUA. Havia uma preocupação de caráter estratégico. O alinhamento dos países sul-americanos com a posição dos EUA, desejada por Washington, após a entrada daquele país na guerra em 1941, encontrou resistência especialmente na Argentina. Os militares brasileiros temiam que as potências do Eixo invadissem o Brasil, caso este rompesse relações diplomáticas e declarasse, sem circunlóquios, um alinhamento com os Estados Unidos. Por outro lado, se a Argentina ficasse neutra, o alinhamento brasileiro poderia provocar um enfrentamento com esse país. Caso se produzisse qualquer dessas eventualidades, o Brasil não estava preparado para enfrentá-las, e as consequências poderiam ser nefastas. Os Estados Unidos estavam preocupados com a defesa do hemisfério norte e os militares brasileiros com a defesa do hemisfério sul. Havia, como coloca Hilton (1979), “um conflito de interesses estratégicos”. Essa foi a razão, dada pelo próprio Vargas ao Secretário Sumner Welles, para que o Brasil não

declarasse, de modo claro, apoio à posição norte-americana e defendesse, em termos gerais, a solidariedade continental e os compromissos assumidos anteriormente, na abertura da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, de janeiro de 1942 (FRANCIS, 1974:93; HILTON, 1979:211; CORSI, 2000:189).

O rompimento de relações diplomáticas com as potências do Eixo ocorreu, entretanto, em janeiro de 1942, e, após a assinatura dos Acordos de Washington, cuja negociação se estendeu por boa parte do ano de 1942. O Brasil declarou guerra ao Eixo em agosto de 1942. A direção que tomava a guerra e a inflexão da política externa brasileira em favor do Pan-Americanismo, isto é, do alinhamento com Washington, não deixaram alternativa aos militares brasileiros, a não ser voltarem-se para os Estados Unidos (HILTON, 1973:81; MCCANN, 1980:117; SMALLMANN, 1998:233).

Empurrado para a guerra, a partir do novo contexto nacional e internacional, o Brasil redefiniu objetivos e metas próprias. Havia, na cúpula do governo e do empresariado nacional – Simonsen à frente, mas também João Daudt de Oliveira – um consenso de que ao se tornar o “aliado especial” dos Estados Unidos, o país garantiria para si o apoio norte-americano para a continuidade do desenvolvimento econômico, além das armas necessárias à sua defesa interna, contra os contestadores, e externa, contra os potenciais agressores estrangeiros (CORSI, 2000:231; MOURA, 1980:126-7).

A ideia de que um grande fluxo de capitais americanos viria para o Brasil depois da guerra, que animava Simonsen, também estava presente nos setores militares.

A participação brasileira em operações militares estava prevista nos Acordos de 1942 e representou uma significativa mudança de *status* para as forças armadas brasileiras que passaram a ser “forças auxiliares na defesa do Ocidente” (MARTINS, 1976:253). Mas a criação da *Força Expedicionária Brasileira* também deve ser vista como parte das novas metas do governo brasileiro, maior visibilidade internacional, participação no reordenamento mundial que se seguiria, inevitavelmente, ao fim do conflito, fortalecimento das forças armadas, posição de liderança na América do Sul, todos esses objetivos já foram destacadas como motivadoras da organização da FEB. Se a participação do Brasil fosse somente de supridor de recursos e de territórios para bases militares, na Con-

ferência de Paz, sua participação seria também apenas simbólica (como acabou sendo).

Os acordos Brasil-EUA de 1942 dispunham também que o governo brasileiro devia manter a ordem interna e impedir que atividades subversivas ameaçassem a segurança continental. Esse aspecto ganhou uma importância excepcional nos anos posteriores ao fim do conflito. A influência norte-americana e a experiência da guerra levaram à criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o qual coordenava as atividades das três armas, ambos em 1948, visando à ação da instituição no plano profissional e político.⁸

A reforma realizada por Góes Monteiro e a guerra mudaram, substantivamente, a inserção da instituição militar no Estado e a natureza política do pensamento da corporação, que se aproximou bastante das diretrizes expostas por Simonsen em 1943, 1947 e 1948, entretanto, com duas importantes diferenças: a ausência do apoio financeiro e econômico dos Estados Unidos à continuidade do processo de industrialização brasileira, que Simonsen esperava e a cisão ideológica das forças armadas que, nos anos 1950, desenvolveram uma estratégia de subordinação aos objetivos estratégicos norte-americanos: a “guerra fria” e a “defesa do Ocidente”, sem a contrapartida de um “plano Marshall”. A atuação da Escola Superior de Guerra expressou esse alinhamento e a resistência a esse posicionamento concentrou-se no Clube Militar (SILVA, 2005/2006:18-19).

V. Considerações finais

Para Simonsen, o desenvolvimento das indústrias precisava ser apoiado por dois instrumentos de intervenção governamental: a elaboração de uma política de defesa das indústrias e o planejamento econômico. E, conquanto Simonsen se tenha sempre batido pelo protecionismo, Bielschowsky (2000:85) considera que essa bandeira não constituiu o legado mais importante deixado às futuras gerações desenvolvimentistas, e, sim, a defesa que fez da planificação. Talvez porque, como mostra

⁸ Os dois organismos foram ligados em 1949.

Hollanda Filho (1999:11), Simonsen levava um pouco longe a defesa das indústrias instaladas, e, no famoso debate com Eugenio Gudín, foi acusado por este de misturar os interesses públicos e privados, ao tentar impedir a concorrência. Apesar do liberalismo e do conservadorismo passarem a dominar a vida política brasileira no imediato pós-guerra (inclusive de cunho marcadamente anticomunista), algumas ideias, em grande medida devedoras da experiência dos países desenvolvidos durante a Guerra, como o conceito de planejamento e de “moderada” intervenção estatal, pouco a pouco tomaram o lugar antes ocupado pelas barreiras alfandegárias.

Assim como Simonsen, os nacional-desenvolvimentistas da década de 1950 acreditavam que a industrialização seria o meio de superar a pobreza e reduzir a distância entre os países subdesenvolvidos e os ricos. Também acreditavam que o aprofundamento da industrialização implicava em planejamento, ampliação da infraestrutura de bens e serviços básicos, a realização das importações necessárias e a ausência de políticas contracionistas. Nesse sentido, o seu legado é amplamente reconhecido.

Simonsen morreu em 1948, portanto, não viveu os efeitos das mudanças do pós-guerra na sociedade brasileira, nem a crise da democracia que culminou com o golpe civil-militar de 1964. Durante esses anos, os adeptos do desenvolvimento cindiram-se em diversas e distintas correntes, documentadas na bibliografia especializada. Nesse período, a importância da industrialização já não era mais contestada, e o que opunha os diversos modelos eram questões, como reformas estruturais e distribuição de renda. Embora considerado um dos pioneiros dessa luta, o posicionamento que adotou nos últimos anos de vida contrastava, em alguns aspectos, com a agenda nacional-desenvolvimentista dos anos 1950. Sua estratégia para o pós-guerra implicava na subordinação do Brasil aos objetivos políticos e militares estadunidenses, o que ele acordava de bom grado, mas que, em plena *guerra fria*, era a última coisa desejada pelos críticos do imperialismo. Na vertente mais à esquerda do espectro político, a desconfiança em relação aos Estados Unidos, era justificada pela suspeita de que este preferia manter o país como fornecedor de matérias-primas e produtos primários, fato que Simonsen apontou nas críticas que fez ao Plano Marshall, sem chegar às mesmas conclusões.

Nos anos 1960, os nacional-desenvolvimentistas influenciados pelas ideias da CEPAL ou pelos comunistas, já não acreditavam que a indus-

trialização por si só resolveria os problemas brasileiros, e propugnavam pela realização de reformas de base e uma melhor distribuição de renda (VALDÉS, 2003:35; BIELSCHOWSKY, 200:406-407). Essa agenda ultrapassava o escopo das análises de Simonsen e das suas proposições para a economia brasileira. No pré-64, a senda aberta por Roberto Simonsen foi seguida pelos militares conservadores e pela maior parte dos industriais e se traduziu, do ponto de vista político, na subordinação aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos e, do ponto de vista econômico, na diretiva “crescer” para depois “distribuir”.

Referências bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.
- FANGANIELLO, Helena. “Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico.” Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEA/USP, 1970.
- FONSECA, Pedro Dutra da. *Vargas e o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Problemas de Política Econômica*. São Paulo: FIESP, 1944.
- FRANCIS, Michael J. “The United States at Rio, 1942: the stains of Pan-Americanism”, *Journal of Latin American Studies*, Vol. 6, Part I, May, 1974:77-95.
- HAGEN, Everett E. “An economic justification of Protectionism”, in *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 72, n. 4, November 1958:496-514.
- HILTON, Stanley. “Military Influence on Brazilian Economic Policy, 1930-1945: A different View”, in *HAHR*, Vol. 53, n. 1, Feb. 1973:71-94.
- . “Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro ‘Axis’ during the World War II Era”, in *Hispanic American Historical Review*, Vol. 59, n. 2, May 1979:201-231.
- HOLLANDA Filho, Sergio Buarque de. “Um debate histórico entre intervencionismo e liberalismo econômico no Brasil: R. Simonsen x E. Gudin”. *Seminário* 22/99, IPE/USP, 1999.
- LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEWIS, William Arthur. “Economic Development with unlimited supply of labour”, in *Manchester School of Economic and Social Studies* 22, n. 2, maio 1954:139-191.
- LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros, Mauá-Rui Barbosa-Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

- LIST, Friedrich Georg. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOVE, Joseph L. *A Construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MANESCHI, Andrea. “Mihail Manoilescu: an appreciation and a critique” in *Romanian Journal of Economic Forecasting*. 1/2008:130-133.
- MANOILESCU, Mihail. *Théorie Du Protectionnisme et de L'Échange International*. Paris: Marcel Giard, 1929.
- . *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*. São Paulo: CIESP, 1931.
- . *O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et Développement Économique*. Paris: Anthropos, 1976.
- MCCANN, Frank. “The Brazilian Army and the Problem of Mission, 1930-1964”. in *Journal of Latin American Studies*, Vol. 12, Part. I, May 1980:107-126.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. (S/d) *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. “A questão do Protecionismo no Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP, 2005.
- SANTOS, Norma Breda dos. “Cinquenta Anos de OEA: o que comemorar?” in *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 41, n. 2. Brasília, julho/dezembro 1998:1-7.
- SILVA, Lígia Maria Osório. “Desenvolvimentismo e intervencionismo militar”, *Idéias*, Ano 12 (2)/13(1), Campinas, SP, 2005/2006:11- 40.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *A Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: FIESP, 1939.
- . *Roosevelt*. São Paulo: Edigraf, 1945.
- . *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- . *Simonsen e a “Operação Pan-Americana”*. São Paulo: FIESP e CIESP, 1958.
- & GUDIN, Eugenio. *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira (1945)* (Introdução de C.Von Doellinger) Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- SMALLMANN, Shawn. “The Official Story: the violent censorship of Brazilian veterans, 1945-54”, in *Hispanic American Historical Review*. Vol.78, n. 2, May 1998:229-259.
- VALDÉS, Eduardo Devés. *El pensamiento latinoamericano e el siglo XX*. Tomo II. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- VINER, Jacob. “The Theory of Protection and International Trade by Mihail Manoilescu” (Resenha), in *The Journal of Political Economy*. Vol. 40, Feb. 1932, n. 1, 1932:121-125.